



QUESTÃO SOCIAL E RACISMO: partilhando o caminho investigativo de um projeto de pesquisa

SANTOS, Adriana de Oliveira¹

RESUMO: O presente trabalho refere-se ao processo investigativo em andamento, que integra as pesquisas do Observatório de Racialidade e interseccionalidade (ORI) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), pertencentes ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Este trabalho pretende realizar uma breve exposição de parte do projeto de pesquisa, que compõe o processo de Mestrado em Serviço Social do PPGSS-UFBA, na linha de pesquisa 1: Questão Social e Diversidade Humana, cujo propósito situa-se na investigação da relação e das determinações entre questão social e do racismo na particularidade da formação social, no campo do Serviço Social brasileiro. Neste sentido, busca-se aqui apresentar parte do projeto de pesquisa, para assim ampliar as contribuições e possibilitar os caminhos investigativos diante dos desafios propostos de uma crise sanitária, ocasionada pela pandemia da COVID-19 desde 2020, atrelada a uma crise econômica e política em curso no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Questão social; racismo; formação social brasileira.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o Serviço Social brasileiro tem participado do debate público na sociedade sobre as possíveis determinações históricas que dinamizam o sistema econômico capitalista na contemporaneidade, sobretudo, posicionando-se legitimamente enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e, politicamente no enfrentamento às desigualdades sociais estabelecidas a partir dos interesses da luta de classes na configuração da sociedade atual de ordem burguesa na relação capital-trabalho.

No curso dos debates teóricos e políticos que marcaram a trajetória da produção do conhecimento e também da intervenção profissional, verifica-se que a efetiva incorporação das elaborações que buscam explicitar a formação social brasileira e o racismo, enquanto elemento central da estruturação do capitalismo dependente, que tardou a se consolidar no

¹ Assistente Social, mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integrante do Observatório de Racialidade e Interseccionalidade (ORI) – Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: asocialadrianaoli@gmail.com

Serviço Social brasileiro, contudo, a inserção dessa discussão tem crescido continuamente com importantes indagações e provocações na produção intelectual de assistentes sociais, na sua maioria quase absoluta, negras.

As tardias elaborações que explicitam a discussão sobre questão social e racismo no Brasil também devem-se às condições conjunturais que o Serviço Social se insere enquanto profissão (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014) e o tabu atribuído ao debate étnico-racial no Brasil em decorrência da hegemonia do mito da democracia racial² ainda prevalente no pensamento social brasileiro e em grande parte da produção do conhecimento do Serviço Social.

Esse aumento da produção intelectual das relações étnico-raciais no Serviço Social brasileiro estimula-se a partir da reformulação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, diante de um apontamento para uma nova lógica curricular articulada em três núcleos de fundamentos, a saber: 1) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2) Núcleo de fundamentos da particularidade da formação socio-histórica da sociedade brasileira; 3) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABEPSS, 1996). Esses núcleos demandaram para a categoria a necessidade do aporte teórico da formação socio-histórica e conseqüentemente, a análise das categorias que se apresentam no contexto da formação social, evidenciando o racismo como elemento central no debate que estrutura a divisão de classes e as relações produtivas no capitalismo brasileiro.

Neste sentido, as formulações teórico-metodológicas sobre formação social brasileira e sobre o racismo, podem ser verificadas na produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro na última década a partir das elaborações dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs/ABEPSS-2010), nas publicações de periódicos e nas produções da Pós-Graduação nos repositórios de base da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em um breve levantamento, podemos apontar a presença do crescente debate sobre formação social e racismo nos periódicos do Serviço Social brasileiro, dentre estes, podemos mencionar, a **Revista Temporalis (ABEPSS)** expressou o debate nos respectivos v.14 n.28 (2014): *Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades*; v.19 n.37 (2019): *Em tempos de radicalização do capital: Lutas, resistências e Serviço Social*; v.19 n.38 (2019): *Serviço Social, Movimentos Sociais e Lutas Sociais*; v.21 n.42 (2021): *Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS*. A **Revista O Social em Questão (PUC-RIO)** apresentou o debate nas edições: Ano 09, n.13-1, 2005; Ano 10, n.15-1, 2006; Ano 20, n.37, 2017. Respectivamente, a **Revista Em Pauta**

² Democracia Racial foi um termo utilizado por alguns teóricos para conceituar uma sociedade sem preconceitos e discriminações na sociedade brasileira. Para um melhor entendimento conceitual e temporal, ver Gilberto Freyre em sua obra Casa Grande e Senzala.

(UERJ) registrou o debate nas *edições n.45, v.18, 1º semestre de 2020; n.46, v.18, 2º semestre de 2020* e a **Revista Fim do Mundo (IBEC)** explorou a discussão na edição *n.4: jan/abr.2021 – Capitalismo e Racismo: a práxis negra*.

No que tange a produção do conhecimento no espaço da Pós-Graduação em Serviço Social, ainda que em momentos distintos e em diferentes categorias de análise da questão racial, é imprescindível mencionar as formulações do Serviço Social brasileiro nos últimos vinte anos no enfrentamento ao racismo e seus rebatimentos, toda via, gostaria de destacar as contribuições e as produções intelectuais de Ivone Maria Ferreira da Silva (2005), Magali da Silva Almeida (2011), Tereza Cristina Santos Martins (2012), Roseli da Fonseca Rocha (2014), Ana Paula Procópio da Silva (2017), Márcia Campos Eurico (2018), Aline Nascimento Santos Correia (2018), Cristiane Luiza Sabino de Souza (2019), Gracyelle Costa Ferreira (2020), vem elaborando nas suas trajetórias intelectuais elementos para pensar no direcionamento para a investigação sobre a formação socio-histórica brasileira que propicia o debate no Serviço Social sobre questão social e o racismo no Brasil.

A proposta da pesquisa em curso, apresentada preliminarmente no referido projeto de pesquisa, requer estudo na história sobre a conexão entre questão social e racismo, à luz da formação social brasileira. Um importante estímulo para esta investigação advém da minha identidade racial enquanto mulher negra, quando questiono sobre onde nós, assistentes sociais negras/os, estamos nos debates teórico-metodológicos na produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro. Como nós concebemos a questão social, quando somos atravessadas/os por um processo histórico de violências e opressões? O que pensamos, como refletimos e, como enfrentamos a questão social, não apenas num viés profissional do Serviço Social inseridas/os na divisão social e técnica do trabalho, mas também como participes de uma sociedade marcada pelo racismo estrutural? Como apreendemos a questão social a partir da realidade que nos afeta cotidianamente? Qual a necessidade de protagonizar as produções intelectuais de pensadoras/res negras/os no Serviço Social brasileiro?

Deste modo, os desdobramentos e o acirramento das expressões da questão social na dinâmica da superexploração no âmbito das relações produtivas na contradição da luta de classes no capitalismo, tem solicitado aprofundar as discussões sobre a relação entre a questão social e do racismo, que ganha luz no Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. É importante destacar o protagonismo de assistentes sociais negras/os na formulação de perspectivas teórico-metodológicas no campo do marxismo que incorporam o debate étnico-racial na formulação da questão social no Brasil.

Nesta direção, partimos do seguinte questionamento que deve ser realizado para esta investigação: Quais as determinações da realidade conformam a questão social na dinâmica das relações étnico-raciais no Brasil?

Para responder a esse questionamento algumas hipóteses se apresentam, entre elas, a) A incorporação do debate étnico-racial nas elaborações sobre questão racial pelas/os intelectuais na literatura do Serviço Social apresenta contradições próprias do processo dinâmico das relações sociais no Brasil; b) A visibilidade da questão social e suas determinações étnico-raciais expressam a dinâmica das relações de classe forjadas na particularidade brasileira; c) O serviço Social brasileiro tem avançado no debate étnico-racial considerando a importância do trabalho e da produção intelectual de assistentes sociais negras/os no enfrentamento da questão social no Brasil; d) As contribuições teórico-metodológicas de assistentes sociais negras/os no debate racial e da questão social no Serviço Social brasileiro não se expressam nas dimensões ético-política e técnico-operativa.

Nesse sentido, a relação entre questão social e racismo ainda é um campo fértil para problematizações e aprofundamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, cujas determinações e expressões precisam ser analisadas de forma crítica e comprometida com o movimento do real numa perspectiva de totalidade. Entendemos neste estudo, que são inúmeras as particularidades na conformação do capitalismo brasileiro, e que, o colonialismo escravista evidencia-se enquanto *uma particularidade* da formação social brasileira, portanto, consideramos que as múltiplas determinações estruturam uma totalidade social no âmbito do capital e, por isso,

É o método que permite ao pensador dialético observar o processo pelo qual as categorias, noções ou formas de consciência surgem umas das outras para formar totalidades cada vez mais inclusivas, até que se complete o sistema de categorias, noções ou formas, como um todo. (...) A totalidade social na teoria marxista é um complexo geral estruturado e historicamente determinado. Existe nas e através das mediações e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas ou complexas – isto é, as “totalidades parciais” – estão relacionadas entre si, numa série de inter-relações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam. A significação e os limites de uma ação, medida, realização, lei, etc. não podem, portanto, ser avaliados, exceto em relação à apreensão dialética da estrutura da totalidade (BOTTOMORE, 1988, p. 168-596-597).

Desse modo, faremos uma breve exposição conceitual das categorias **raça e racismo** como centrais na estruturação da questão social brasileira e, por fim, o debate teórico-metodológico entre **questão social e racismo** nas formulações do Serviço Social brasileiro.

O caminho investigativo da pesquisa em curso ilumina-se pelo materialismo histórico e dialético que analisa a realidade social sob a perspectiva da totalidade. Considera-se este o método que possibilita a aproximação com o movimento do real, uma vez que visa captar “não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo (...))” (NETTO, 2011, p. 25).

A natureza dessa pesquisa é qualitativa, de tipo exploratória (MINAYO, 2007), visto que esse tema ainda não foi suficientemente discutido de modo a promover uma análise do racismo e da raça como categorias sociológicas explicativas do processo de opressão dos

sujeitos afetados pelo colonialismo e pela superexploração do trabalho no capitalismo dependente do Brasil.

Neste sentido, o percurso investigativo deste estudo utiliza o procedimento de pesquisa bibliográfica (GIL, 2008) a partir do estudo de revisão integrativa. Enquanto procedimentos metodológicos encontra-se na fase de levantamento e análise bibliográfica a partir das produções de teses e dissertações do Serviço Social no repositório da CAPES, livros, artigos e periódicos que participem da discussão sobre questão social, racismo e formação social brasileira, para uma melhor aproximação das elaborações teórico-metodológicas sobre questão social e do racismo no Brasil.

2 RAÇA E RACISMO COMO CATEGORIAS DETERMINANTES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

A discussão sobre raça e racismo no Brasil ainda é permeada por inúmeros desafios. Isso deve-se aos próprios desdobramentos históricos, econômicos e sociais que estruturam essas categorias e, em particular no Brasil, em decorrência do mito da democracia racial que se ampara na idéia da inexistência de preconceitos e discriminações de ordem racial, tendenciando um falso discurso meritocrático sobre a existência de oportunidades econômicas, sociais, políticas e culturais iguais para negros e brancos.

Segundo o Prof. Dr. Kabengele Munanga (2004), na história da humanidade sempre houve a necessidade de categorizar, a “classificação é um dado da unidade do espírito humano”, ou seja, ao longo do seu desenvolvimento a humanidade sempre utilizou a classificação para distinguir, primeiramente na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais e, posteriormente, a partir de um campo semântico, a classificação humana através do conceito de *raça* a partir de sua origem italiana “*razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie” (p.17-18).

Como a maioria dos conceitos, o de raça tem seu campo semântico e uma dimensão temporal e espacial. No latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que têm um ancestral comum e que, *ipso facto*, possuem algumas características físicas em comum. Em 1684, o francês François Bernier emprega o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças. Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos, de origem germânica em oposição ao Gauleses, população local identificada com a Plebe. Não apenas os Francos se consideravam como uma raça distinta dos Gauleses, mais do que isso, eles se consideravam dotados de sangue “puro”, insinuando suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar os Gauleses, que segundo pensavam, podiam até ser escravizados. Percebe-se como os conceitos de raças “puras” foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvessem diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes (MUNANGA, 2004, p.17).

Com a exploração de novos territórios pelos Europeus e a consequente descoberta de novos Ethos e etnias humanas (ameríndios, negros, melanésios), à princípio questionou-se a legitimidade da humanidade dos novos grupos descobertos em detrimento das diferenças fenotípicas. Essa composição de raça cunhada para diferenciar a espécie humana a partir das diferenças estéticas, também possibilitou a criação de um campo ideológico de poder, que determinou uma raça predominante em detrimento “dos outros” como eram considerados os povos que habitavam nas Américas pelos europeus.

Essa base ideológica de classificação humana foi assegurada até o século XVII através da “Teologia e pela Escritura, que tinham o monopólio da razão e da explicação” (MUNANGA, 2004, p.17). A partir do iluminismo no século XVII, os filósofos rejeitam o conceito cunhado pela Teologia,

Eles se recusam a aceitar uma explicação cíclica da história da humanidade fundamentada na idade de "ouro", para buscar uma explicação baseada na razão transparente e universal e na história cumulativa e linear. Eles recolocam em debate a questão de saber quem eram esses outros recém-descobertos. Assim, lançam mão do conceito de raça já existente nas ciências naturais para nomear esses outros que se integram à antiga humanidade como raças diferentes, abrindo o caminho ao nascimento de uma nova disciplina chamada história natural da humanidade, transformada mais tarde em biologia e antropologia física (MUNANGA, 2004, p.18).

Na América Latina, especificamente no Brasil, a perspectiva da raça infiltra-se a partir do colonialismo escravista a partir do século XV, amparado pela ideologia europeia de dominação dos povos africanos sequestrados e da população indígena originária habitante nas novas terras descobertas. Senhores de escravos legitimavam a escravidão através da ideologia da inferioridade biológica³ e cultural do Africano, sucedendo a continuidade ideológica dos povos primitivos não-brancos, da Ásia, África e Oceania (MOURA, 1994).

Nessa perspectiva, a raça transcende como um elemento que naturaliza a exploração de indivíduos na estruturação das relações produtivas no modo capitalista, sendo assim, a heterogeneidade sobre o conceito de raça ainda é uma barreira a ser superada na sociedade brasileira. Segundo Almeida (2019, p. 31) “a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar as desigualdades e legitimar a segregação, o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”, portanto, para o autor, “raça é um elemento essencialmente político, sem qualquer sentido fora do âmbito sócioantropológico”.

³ O Psiquiatra Maranhense, Raimundo Nina Rodrigues - criador do Instituto médico Legal (IML) da Bahia “[...] foi um médico brasileiro que no final do século XIX que buscou, entre outras coisas, desvendar os mistérios da mente e do espírito dos negros brasileiros. Racista, eugenista, foi um intelectual rejeitado a partir da segunda metade do século XX [...]” foi um dos responsáveis pela ideologia de “limpar” a raça negra no Brasil, baseado pelo determinismo racial. (RODRIGUES, 2015, p. 1119 apud MEIRELES e OLIVEIRA, 2019, p.12).

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnossemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etnossemântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares (MUNANGA, 2004, p.22).

Conforme Almeida (2019, p.32), o racismo conceitua-se como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos” considerando sua relação com o grupo ao qual pertença. Este, atua como um mecanismo de naturalização das desigualdades sociais nas relações entre capital-trabalho, isso porque, as suas formas de atuação serão modernizadas a cada crise capitalista com a intencionalidade de garantir o controle social e a lucratividade com a superexploração da força de trabalho, amparada pela lógica racial nas relações de classe, na estrutura política e econômica da sociedade capitalista.

Faz-se importe salientar que durante todo o processo de formação social brasileira, sempre houve participação efetiva do negro, seja na sua condição de escravo ou na condição “livre”. Politicamente o negro se fez presente nas lutas travadas pelo Brasil-colônia como também na sua composição imperialista (MOURA, 1992). Neste sentido, é necessário apreender na história, o momento em que as lutas travadas pela população negra escravizada, não se incorpora no cerne das lutas da classe trabalhadora no cenário do trabalho assalariado no capitalismo industrial que origina a questão social brasileira.

Segundo Netto (2001, p.42-43) o que concretiza o surgimento da questão social é o pauperismo e seus desdobramentos sociopolíticos resultantes do capitalismo industrial no século XVIII na Europa. A questão social se manifesta como um fenômeno inédito na história, vez que, nas palavras do próprio autor “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”. Nessa perspectiva, ele classifica o surgimento da questão social como uma nova pragmática capitalista, visto que, em contextos sociais que antecederam o capitalismo industrial, a escassez foi concebível a um “nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais”.

A legitimada afirmação no que tange ao surgimento da questão social e a sua associação aos moldes do sistema capitalista industrial no processo de produção de riqueza e do contraditório crescimento do pauperismo no século XIX, também aponta o desafio teórico-analítico de considerarmos relações sociais, como gênero, etnia e raça, que

aprofundam as desigualdades sociais. Assim, “particularidades histórico-culturais e nacionais” devem ser consideradas para dimensionar as categorias que se inserem, especialmente na análise da vinculação estrutural do racismo às expressões da questão social no Brasil (NETTO, 2017, p. 65).

Desse modo, a discussão sobre a questão social e o seu elo com a formação social brasileira, aponta possíveis lacunas teóricas ainda presentes no contexto histórico da acumulação primitiva que configurou marco imprescindível, tendo como base a concepção da teoria marxiana sobre a lei geral da acumulação capitalista (MARX, 2013, p. 959). Sua relação com o colonialismo escravista resguarda o processo de sequestro e escravização de africanas/os no período colonial, a retirada de territórios indígenas e a apropriação privada dos meios de produção, demarcando um ciclo continuado e profundo das relações de superexploração da força de trabalho, enquanto particularidade da formação social brasileira.

Por isso, é essencial que a análise da questão social seja realizada a partir do contexto histórico que lhe antecede, possibilitando assim, desvelar quais determinações particularizam a sua estrutura no território brasileiro, para assim, reorganizar novas estratégias de enfrentamento às suas expressões na contemporaneidade

3 O DEBATE DA QUESTÃO SOCIAL E O RACISMO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Conforme apontado, nas últimas décadas o Serviço Social brasileiro tem ampliado a discussão sobre a questão social e seus determinantes históricos. Neste sentido, verifica-se o direcionamento das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política engendrado pelos órgãos representativos da categoria, tais como Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Estes têm endossado a necessidade de reflexão sobre como o racismo atravessa as relações sociais, incidindo na profissão, provocando a categoria a ampliar suas dimensões, sobretudo, compreendendo a particularidade em que engendra-se a questão social no processo da formação social brasileira.

. Neste sentido, visando construir de maneira preliminar o debate e, buscando aproximar-se das elaborações sobre questão social e racismo na formação social brasileira, partimos das elaborações de Ivone Maria Ferreira da Silva (2014), Tereza Cristina Santos Martins (2012) Ana Paula Procópio da Silva (2017) e Cristiane Luiza Sabino de Souza (2019).

Deste modo, Inaugurando o debate sobre questão social e formação social no Serviço Social brasileiro, destaca-se a Professora Dra. Ivone Maria Ferreira da Silva em sua tese de doutoramento intitulada **A formação histórica da questão social no Brasil e sua vinculação com o Serviço Social: uma viagem incompleta, mas repleta de emoções!**,

defendida em 2005, pela Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, que posteriormente origina o livro **Questão social e Serviço Social no Brasil – Fundamentos Sócio históricos**.

Este debate abre importantes elaborações teórico-metodológicas no Serviço Social brasileiro, do ponto de vista a indagar e provocar o debate da questão social, considerando a historicidade desta, demarcada pelo colonialismo escravista. Além disso, apresenta os processos de lutas sociais a partir do contexto do colonialismo escravista até a primeira República no século XIX, elaborando um marco teórico, ainda que bastante tímido, instituindo as primeiras formulações no campo do Serviço Social sobre questão social e formação socio-histórica brasileira.

Portanto, compreendemos o fenômeno da questão social e suas raízes coloniais escravistas, ainda que latentes - como sinônimo de contradição, exploração, acumulação, antagonismos, conflitos e lutas sociais geradas no interior da sociedade capitalista brasileira, traduzindo-se, historicamente, pelo enfrentamento da servidão indígena, da expropriação do negro, mas, fundamentalmente, pelas lutas mais recentes por melhores condições de vida e de trabalho no período industrial, em que ganha expressão e legitimidade, como decorrência das lutas operárias. Decerto que no passado essas lutas tinham caráter elitizante, mas em muitas delas registra-se a participação das massas: lutas pela terra, contra a servidão e o extermínio de indígenas e, também, pelo fim do trabalho escravo (SILVA, 2014, p.42).

Sendo assim, neste caminho teórico-metodológico que o Serviço Social tem percorrido nas formulações sobre questão social e questão racial no território brasileiro, encontramos as importantes elaborações fruto da Tese de Doutorado da Professora Dra. Tereza Cristina Santos Martins, intitulada **Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil**, defendida em 2012, pelo Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, que discute de maneira ampla o contorno histórico da classe trabalhadora brasileira e o atravessamento racial na estruturação das relações produtivas no capitalismo brasileiro.

Martins (2012) apresenta uma série de elementos que percorrem a história da formação social brasileira, evidenciando o racismo enquanto mecanismo e tecnologia (MBEMBE, 2018) altamente sofisticado para efetivação e naturalização da superexploração da força de trabalho da população negra brasileira.

Será no curso do período denominado “industrialização restringida” que se evidenciarão algumas das resultantes do racismo constituído e fomentado no processo de transição capitalista no Brasil, aqui tomado como o período que vai de 1888 a 1930. Nesse contexto, conforme já analisado antes, os(as) negros(as), mesmo tendo se constituído em força de trabalho livre disponível para o capital, quando a raça foi tomada como componente indispensável ao desenvolvimento capitalista do país, foram impossibilitados de participarem da estrutura produtiva instalada. A discriminação racial no mercado de trabalho impulsionou relações de produção e reprodução social que conduziu ao deslocamento dos racialmente discriminados para as regiões menos dinâmicas do Brasil, transformando-os em população excedente para as necessidades médias do capital agrário. Aqui, apresenta-se a primeira determinação do racismo no processo de transição capitalista brasileiro: a

conformação de regiões formadas a partir do racismo que se estabelece nas relações sociais de produção no âmbito do modelo de competição capitalista no Brasil. Essa determinação sinaliza a “raça” como componente fundamental que, no âmbito das particularidades da formação social brasileira, desempenhará papel decisivo. Momento em que no país se conforma uma “questão social” expressa por meio de uma classe operária constituída majoritariamente por imigrantes. Eis porque ela já emerge entrelaçada estruturalmente à condição racial (MARTINS, 2012, p.119).

Destarte, apropriar-se da categoria trabalho como determinação estrutural da formação social é fundamental para compreensão da questão social na formação social brasileira, considerando o desemprego como uma das mais profundas expressões da questão social apresentada nesta particularidade.

Neste sentido, a professora Dra. Ana Paula Procopio da Silva, apresenta a sua Tese com o título **O CONTRÁRIO DE “CASA GRANDE” NÃO É SENZALA. É QUILOMBO! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura**, defendida em 2017 pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este estudo trouxe para a evidência a categoria Práxis Negra de Clóvis Moura, demonstrando no conjunto de obras do autor elementos que confirmam a participação da população negra nos âmbitos político, social, econômico e cultural da formação social brasileira, demonstrando “as resistências negras durante o escravismo e no pós-abolição como estruturantes da dinâmica entre relações raciais e classes sociais no Brasil” (SILVA, 2017, p.8).

Destaca-se ainda as formulações da Professora Dra. Cristiane Luiza Sabino de Souza, apresentada sua tese intitulada **TERRA, TRABALHO E RACISMO: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil**, defendida em 2019 pela Universidade Federal de Santa Catarina, que tem contribuído na contemporaneidade com significativas formulações, que percorrem dialeticamente o movimento histórico da América latina para pensar a dinâmica da questão social, sobretudo, ressaltando categorias analíticas indispensáveis para as investigações do Serviço Social na formação social brasileira.

Ao demarcar a centralidade das categorias terra-trabalho-racismo, construímos uma perspectiva de análise que busca apreender os distintos ritmos, formas e tonalidades da lei do valor na América Latina. Esta perspectiva depreende do entendimento de que para apreender a alienação do trabalho no capitalismo dependente, assentada na superexploração dos trabalhadores em geral, é necessário investigar e decifrar a sua relação dialética com as formas recriadas da alienação colonial. Esta expressa-se no racismo, ideologia dominante que busca justificar as desigualdades na apropriação da riqueza e dos meios para a sua produção no capitalismo dependente (SOUZA, 2019, p.35).

Esta investigação evidenciou importantes categorias para pensar a formação social brasileira e o mais grave produto do capitalismo, o racismo, como mecanismo de reprodução e acumulação do capital, que adensa as refrações da questão social na América Latina, singularmente no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretende ampliar a discussão sobre a questão social brasileira, buscando compreender e contribuir com o debate que vem sendo elaborado, sobretudo, na última década, no esforço de analisar as determinações apontadas nas produções do conhecimento do Serviço Social sobre a relação entre questão social e do racismo no processo de formação social brasileira, evidenciando assim a sua particularidade neste território. É importante salientar que a análise da questão social no Brasil não se reduz ou se confunde com a tratativa da questão racial, mas possui nesta um elemento fundamental para acumulação capitalista, visto que o racismo desumaniza e naturaliza a superexploração nas relações produtivas do modelo econômico capitalista.

REFERÊNCIAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 1996. Disponível em:

>https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf<

Acesso em: 21/04/2022.

ALMEIDA, Magali da Silva. **Mulher negra militante: trajetórias de vida, identidade e resistência no contexto da política de ação afirmativa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2011. 369 p. Tese de doutorado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019.

CORREIA, Aline Nascimento Santos. **Determinantes do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social brasileiro**. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018. Disponível em: ><https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14007>< Acesso em: 24 de mar. de 2022.

EURICO, Márcia Campos. **Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as)**. 2018. 209 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: ><https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21267>< Acesso em: 20 de mar. de 2022.

FERREIRA, Gracyelle Costa. **Raça e nação na origem da política social brasileira: união e resistência dos trabalhadores negros**. 2020. 293 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**, 41 edição. São Paulo, Ed. Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 12ª ed. São Paulo, Cortez, 2013.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katálysis. Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo, 2018.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica**. Revista Princípios nº 34, ago-out 1994, pág. 28-38.

MOURA, Clóvis. **História do negro Brasileiro**. 2ª edição. São Paulo. Editora Àtica, 1992.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [S.l.: s.n.], 2004. Disponível em: ><https://repositorio.usp.br/item/001413002>< Acesso em: 24 de mar.de 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: ><https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf>< Acesso em: 09 de ago. de 2021.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Temporalis, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

NETTO, José Paulo. **Ensaio de um marxista sem repouso**. Seleção, organização e apresentação: Marcelo Braz. São Paulo, Cortez, 2017.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A incorporação da temática étnico-Racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: UFRJ, 2014.

SILVA, Ana Paula Procopio da. **O contrário de “casa grande” não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGESS-UFRJ, 2017.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **A formação histórica da questão social no Brasil e sua vinculação com o serviço social: uma viagem incompleta, mas repleta de emoções!** 2005. 283 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: ><https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>< Acesso em: 21 de fev. de 2022.

SOUZA, C. L. S. **Terra, trabalho e racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204570> Acessado em: 12 de janeiro de 2022.